Perspectiva Geral Financeira

As demonstrações financeiras auditadas do grupo e da companhia encontram-se explanadas no final deste relatório, ao qual se anexou uma análise detalhada dos resultados do exercício na secção "Comentários às Demonstrações Financeiras". Definida nesta secção está a perspectiva geral dos resultados financeiros.

Os resultados apresentados dizem respeito a um período de 15 meses. A TIMOR GAP foi legalmente constituída por Decreto-Lei a 27 de Julho de 2011, sendo que o Conselho de Administração e a Direcção Executiva foram nomeados a 17 de Outubro de 2011, aquando do início efectivo das operações. Em consonância com o Governo de Timor-Leste, o exercício financeiro termina a 31 de Dezembro. A TIMOR GAP adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) de modo a assegurar que os nossos mecanismos de relato seguem um padrão fiável e de renome amplamente utilizado por empresas de todas as dimensões na indústria do petróleo e gás.

A TIMOR GAP recebeu do Estado um capital inicial de $2.5 milhões em duas parcelas provenientes do Orçamento Geral de Estado de Timor-Leste (*vide* secção 7 para mais informação). Adicionalmente, a TIMOR GAP recebeu um subsídio do Governo no valor de $1.8 milhões para o exercício de 15 meses findo em 31 de Dezembro de 2012.

Os gastos da companhia por cada uma das cinco Unidades, assim como do Gabinete do Presidente & CEO, para o período de 15 meses são abaixo discriminados:

Unidades/Gabinete	US$	Notas
Gabinete do Presidente & CEO	1.012.434	Custos de projectos estratégicos, gastos relativos às reuniões do Conselho de Administração e da Direcção Executiva, reuniões da Comissão Conjunta e da Comissão do *Sunrise*, gastos com o pessoal e despesas operacionais
Unidade dos Serviços Corporativos	1.219.737	Operações do escritório, salários dos funcionários, sistemas de instalação e montagem, formações, viagens e honorários de consultoria para toda a companhia
Unidade de Desenvolvimento de Negócios	402.484	Salários dos funcionários, estudos de viabilidade, sistemas de instalação e montagem, formações, viagens, honorários de consultoria e despesas de projectos de apoio a oportunidades comerciais criadas pela companhia
Unidade de Negócio de Gás	213.960	Salários dos funcionários, viagens e reuniões realizadas no âmbito dos estudos do gasoduto e do GNL.
Unidade de Pesquisa & Produção e Base Logística	487.989	Salários dos funcionários, despesas do projecto (Base Logística de Suai – consulta & "socializasaun", identificação e verificação dos títulos de terras & propriedades, identificação das pedreiras; levantamento de dados de prospecção *onshore* de Timor-Leste), viagens e reuniões.

Unidade de Refinaria e Serviços Petrolíferos	159.280	Salários dos funcionários, apoio para os estudos de FEED da refinaria de Betano, viagens e reuniões.
Depreciações e Amortizações	342.097	Depreciação e amortização dos activos fixos tangíveis adquiridos, incluindo benfeitorias no imóvel locado e *software* informático.
Total dos Gastos do Exercício	3.837.981	

7. Comentários às Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras auditadas e consolidadas do grupo TIMOR GAP para o exercício de 15 meses (de Outubro de 2011 a Dezembro de 2012) encontram-se abaixo explanadas.

Embora legalmente estabelecida por Decreto-Lei a 27 de Julho de 2011, os membros do Conselho de Administração e da Direcção Executiva da TIMOR GAP foram nomeados a 17 de Outubro de 2011 aquando do início efectivo das operações. Em consonância com o Governo de Timor-Leste, o exercício financeiro termina a 31 de Dezembro. A TIMOR GAP adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) de modo a assegurar que a respectiva contabilidade é realizada com base num enquadramento de renome.

Capital e Subvenções

Segundo os respectivos Estatutos, o capital social a ser subscrito e pago através do Orçamento Geral do Estado corresponde a $2.5 milhões. A 1 de Dezembro de 2011, a TIMOR GAP recebeu uma parcela inicial do capital no valor de $2 milhões para o arranque das operações e auxiliar o orçamento de transição. Os restantes $0.5 milhões foram recebidos, em conjunto com um subsídio do Governo de $1.8 milhões, a 23 de Fevereiro de 2012. Assim, a TIMOR GAP recebeuo seu capital estatutário no valor de $2.5 milhões pago na sua totalidade até ao termo do período, e um subsídio de $1.8 milhões para o período de 15 meses.

Receitas

O subsídio do Governo no valor de $1.8 milhões constitui a maioria das receitas da TIMOR GAP no exercício de 2012.

Tal como é abaixo apresentado em pormenor, em 2012, a TIMOR GAP investiu numa participação de 60% na GAP-MHS Aviation Lda. Após a constituição da GAP-MHS, a Direcção Executiva da TIMOR GAP assistiu a MHS Aviaton Lda (Timor-Leste) a gerir um contrato pelo qual a TIMOR GAP recebeu uma comissão de gestão única de $739 664. Posteriores receitas a receber da recém-constituída GAP-MHS Aviation Lda serão sob a forma de dividendos, os quais têm por base a rentabilidade futura da GAP-MHS.

Em conformidade com o mandato da TIMOR GAP para a prossecução de actividades de interesse económico, em 2012, a TIMOR GAP assinou dois contratos com o Governo de Timor-Leste.

Contrato 1/2012

O Contrato 1/2012 diz respeito aos estudos de pré-viabilidade anteriormente concluídos e as opções de *pre-Front End Engineering Design* (pre-FEED) para o *design* das instalações marítimas de Beaço, distrito de Viqueque, como parte do projecto de GNL. Em consulta com a SERN, a configuração do porto costeiro foi seleccionado para o FEED ou a fase de projecto. O projecto será parte da Fábrica de GNL planeada e oferece-nos uma instalação marítima padronizada, a qual incluí uma ponte-cais, instalação de carregamento de produtos, instalação de descarregamento de materiais, e um pontão de apoio aos gasodutos de transporte do GNL até ao equipamento de carregamento e um quebra-mar. Para além do projecto, serão realizados estudos meteo-oceanográficos para determinar o ambiente físico circundante, tanto do ponto de vista meteorológico como oceanográfico.

Nos termos dos contratos assinados, a TIMOR GAP presta serviços de consultoria e em contrapartida recebe uma comissão contratual fixa por serviços de $300.000 para implementação do projecto.

Como definido na Nota 16 das demonstrações financeiras, um montante inicial de $1,680,000 foi recebido do Governo

de Timor-Leste como um adiantamento para este projecto durante 2012.

De uma perspectiva contabilística, a comissão contratual fixa por serviços é reconhecida como rendimento baseado na percentagem dos custos incorridos até à data.

Consequentemente, a TIMOR GAP recebeu uma comissão contratual fixa por serviços no valor de $86.233 para este projecto no exercício corrente tal como definido nas Notas 1 e 16 das demonstrações financeiras que se seguem.

No final do exercício, um montante de $780.743 permaneceu disponível para o pagamento dos contratados em 2013, altura em que está prevista a conclusão do projecto.

Funcionários a participar no curso de Introdução à Indústria do Petróleo e Gás

Contrato 2/2012

O Contrato 2/2012 diz respeito ao estudo das instalações da refinaria, nomeadamente, o FEED da refinaria de Betano. O objectivo deste projecto corrobora a visão do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Governo de Timor-Leste na obtenção de mais valor acrescentado a partir do petróleo produzido.

O contrato é constituído por cinco principais componentes que incluem o seguinte:

- FEED da refinaria de Betano – que inclui o *ISBL* e o *OSBL* do oleoduto, a estrutura da ponte-cais que auxiliará o funcionamento das infra-estruturas da refinaria;
- Estudo de Impacto Ambiental e Avaliação de Impacto Social da refinaria de Betano;
- Estudos do terreno;
- Estudos e trabalhos no terreno;
- Estudo de mercado.

A TIMOR GAP recebeu por estes projectos um adiantamento do Governo de Timor-Leste no valor de $2.352.000. Este valor foi predominantemente destinado ao pagamento dos contratados pelas várias fases do projecto, e incluí a comissão contratual fixa por serviços da TIMOR GAP. À semelhança do Contrato 1/2012, a comissão contratual fixa por serviços do projecto é apenas reconhecida como um rendimento com base na percentagem dos custos incorridos até à data comparando com o custo total estimado. Uma vez que o contrato ainda não começou, a TIMOR GAP ainda não obteve nenhuma receita proveniente deste contrato no exercício corrente. No final do exercício, o valor de $2.352.000 permaneceu intacto para 2013, altura em que está previsto o início dos projectos.

Consultoria e Despesas com Projectos

Os principais projectos com os quais a TIMOR GAP incorreu em despesas durante este período incluem:

- Base Logística do Suai;
- Projecto do Aeroporto do Suai;
- Revisão do conceito *upstream* do *Greater Sunrise* e estudo de viabilidade;
- Estudo de viabilidade do gasoduto multiusuário de Beaço;
- Projecto da auto-estrada;
- Estudo conceptual do terminal de Hera.

Estes projectos foram apresentados em detalhe na Secção 4 deste relatório.

Workshop sobre a marca a Companhia

Resultados Financeiros

Perda do Exercício

A perda do grupo no período de 15 meses soma um montante de $628.329. O resultado inclui a participação de 60% da TIMOR GAP nos resultados da GAP-MHS, que ascendeu a $623.697.

A perda neste exercício foi financiada através do Capital e do Subsídio do Governo. Como apenas o subsídio pode ser contabilizado como receita, os custos de "ínicio de actividade" excederam o rendimento recebido para para fazer face às despesas operacionais. As principais categorias de despesas operacionais incorridas escontram-se defindas *infra*.

Despesas com Depreciações e Amortizações

Durante este período, a TIMOR GAP adquiriu activos fixos tangíveis no valor de $1.388.370 conforme estabelecido na Nota 10, e $198.807 em *software* informático conforme estabelecido na Nota 11 das demonstrações financeiras. Incluem-se aqui as benfeitorias realizadas no imóvel locado para adaptação dos escritórios do Timor Plaza, cujo montante da despesa foi de $317.000. Uma vez que estes escritórios são locados, as benfeitorias no imóvel são amortizadas durante o período do contrato de locação operacional até 30 de Setembro de 2016. Tal como estabelecido nas políticas contabilísticas, a TIMOR GAP adoptou a depreciação e amortização pelo método das quotas constantes durante o período de vida útil do activo desde o momento da sua aquisição.

Custos/ Despesas com Pessoal

O quadro de trabalhadores da empresa para este exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 contava com um total de 71 funcionários distribuídos pelas Unidades da seguinte forma:

- Desenvolvimento de Negócios	14
- Serviços Corporativos	17
- Unidade de Pesquisa & Produção e Base Logística	14
- Unidade de Negócio de Gás	6
- Presidente & CEO	6
- Unidade de Refinaria & Serviços Petrolíferos	8
- Programa de Estágios para Licenciados	6
Funcionários 31/12/2012	71

Outras Despesas

As outras despesas significativas nos 15 meses incluem os seguintes itens:

	$
Custos de Assessoria Jurídica	273.142
Renda do Escritório	460.061
Promoção da Organização	124.124
Telefone & *Internet*	132.606
Formações & Conferências	146.072
Viagens & Despesas	423.776

As depesas incorridas com assessoria jurídica advêm predominantemente das negociações do *Sunrise* e da revisão dos contratos.

As despesas relacionadas com a promoção da organização incluem a criação e *design* do logótipo da companhia bem como a preparação de visão e missão da companhia e a declaração dos objectivos corporativos.

As viagens & despesas incluem os custos incorridos com a participação em visitas de campo para gerir e administrar os Projetos Tasi Mane. Incluem-se aqui, entre outras, as actividades de ligação (*liaison*) com as comunidades e de levantamento cadastral feitas pela Equipa Interministerial. Adicionalmente, as Viagens & Despesas cobrem também várias actividades de desenvolvimento de qualificações, participação em formações e conferências, reuniões e outras deslocações oficiais a

pedido do Governo para objectivos específicos.

Tributação

A TIMOR GAP está sujeita à Lei Tributária de 2008. No exercício corrente não há impostos sobre o rendimento a pagar devido às perdas incorridas pela companhia.

Após a recepção da comissão por serviços, foi deduzida a retenção na fonte no valor de $39.942, o qual está reflectido nas demonstrações financeiras.

A companhia deduziu e pagou os impostos retidos na fonte sobre os pagamentos efectuados a trabalhadores e a fornecedores de acordo com as taxas aplicáveis.

Demonstrações da Posição Financeira
Activo Corrente

O activo corrente inclui os montantes que se esperam que sejam recebidos num período até doze meses após a data do balanço. O activo corrente do Grupo de $3.976.068 inclui a comissão por serviços a receber no valor de $699.722 após a dedução dos impostos, pré-pagamentos e outras contas a receber no valor de $32.967, o depósito do contrato de locação do imóvel e outros depósitos no valor de $108.378, imposto sobre o rendimento pago por adiantamento no valor de $168.000, assim como o depósito bancário de $2.967.001.

A comissão por serviços a receber de $699.722 após a dedução dos impostos ($739.664 antes dos impostos), diz respeito à comissão de gestão a receber da GAP-MHS Aviation (Timor-Leste) Lda pelo período anterior à constituição da companhia de aviação.

O depósito bancário inclui os fundos para o pagamento dos contratados relativos aos Contratos 1/2012 e 2/2012 tal como refrido *supra*.

Activo Não-Corrente

O activo sobre o qual é estimado um benefício por um período superior a 12 meses após a data do balanço é classificado de activo não-corrente. O total do activo não-corrente do grupo ascende a $1.871.671 e é constituído por activos fixos tangíveis com um valor contabilístico líquido de $1.080.806, e os activos intangíveis sendo o *software* informático amortizado a um custo de $164.273 e investimentos a $626.697.

Conforme referido anteriormente, a TIMOR GAP investiu em duas novas companhias, nomeadamente:

- um investimento de 60% de $3.000 na GAP-MHS Aviation Lda e
- um investimento de 100% na TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal, Limitada de $ 5.000.

A GAP-MHS iniciou as suas operações a 26 de Junho de 2012. A companhia presta serviços de apoio e logística às operações da GAP-MHS Aviation TL Lda que fornece serviços de aviação a outras companhias do sector da indústria do petróleo e gás. A TIMOR GAP reconheceu que a sua participação em 60% dos lucros do exercício cifra-se em $623.697.

A TIMOR GAP PSC 11-106 não registou nenhuma actividade durante o período. A companhia foi constituída como sociedade veículo (*Special Purpose Vehicle* ou SPV) com o propósito de participar em contratos para futura pesquisa e desenvolvimento do bloco PSC 11-106 na JPDA.

Passivo Corrente

O passivo corrente engloba os montantes que se estima que sejam liquidados num período até 12 meses após a data do balanço. O passivo corrente do grupo TIMOR GAP para este exercício é de $3.976.173. De acordo com o estabelecido na Nota 15, o montante a pagar a fornecedores, predominantemente consultores em projectos em execução, representa um valor de $475.209. Nos termos da Lei Tributária de 2008, os impostos retidos na fonte são deduzidos ou extrapolados (*grossed up*) dos pagamentos realizados aos fornecedores, conforme aplicável. No final do exercício, encontrava-se por liquidar $141.725 a título de impostos de retenção na fonte.

Conforme referido *supra* a propósito do Contrato 1/2012 e do Contrato 2/2012 e na Nota 16 *infra*, foi recebido um adiantamento do Governo de Timor-Leste. No final do exercício, eram devidos $3.230.743 relativamente a esses contratos, os quais incluem as comissões de serviço fixas contratadas e ainda não recebidas pela TIMOR GAP por esses contratos.

8. Resultados Financeiros[1]

Demonstração consolidade de resultados e outros rendimentos abrangentes
Para o exercício de 15 meses findo em 31 de Dezembro de 2012

	Notas	Grupo 2012 $	Companhia 2012 $
Receitas	6	2.625.897	2.625.897
Honorários de consultoria e despesas com projectos		(513.886)	(513.886)
Despesas de depreciação e amortizações		(342.097)	(342.097)
Despesas com pessoal		(1.028.430)	(1.028.430)
Outros despesas		(1.953.569)	(1.953.569)
Perda operacional		(1.212.084)	(1.212.084)
Participação em lucro de associada	13	623.697	-
Perda antes de impostos		(588.387)	(1.212.084)
Gastos com imposto sobre o rendimento	7	(39.942)	(39.942)
Perda do exercício		(628.329)	(1.252.026)
Outros resultados		-	-
Total da perda		(628.329)	(1.252.026)
Atribuível a:			
Accionistas da sociedade-mãe		(628.329)	-

As demonstrações supra devem ser lidas em conjunto com as notas explicativas.

[1] A tradução dos resultados financeiros para esta secção foi oficialmente traduzida para português sem verificação da auditora Deloitte.

Balanço consolidado
em 31 de Dezembro de 2012

	Notas	Grupo 2012 $	Companhia 2012 $
Activo			
Activo não-corrente			
Activos tangíveis	10	1.080.806	1.080.806
Activos intangíveis	11	164.273	164.273
Participações financeiras em subsidiárias	12	-	5.000
Participações financeiras em associadas	13	626.697	3.000
		1.871.776	1.253.079
Activo Corrente			
Clientes e outras contas a receber	8	1.009.067	1.009.067
Caixa e seus equivalentes	9	2.967.001	2.962.001
		3.976.068	**3.971.068**
Total do activo		**5.847.844**	**5.224.147**
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital social	14	2.500.000	2.500.000
Perdas acumuladas		(628.329)	(1.252.026)
		1.871.671	1.247.974
Interesses minoritários		-	-
Total do capital próprio		**1.871.671**	**1.247.974**
Passivo Corrente			
Fornecedores e outras contas a pagar	15	745.430	745.430
Comissões fixas por serviços contratadas e não recebidas e adiantamentos não desembolsados	16	3.230.743	3.230.743
		3.976.173	**3.976.173**
Total do capital próprio e passivo		**5.847.844**	**5.224.147**

As demonstrações supra devem ser lidas em conjunto com as notas explicativas.

Demonstrações Consolidadas das alterações no Capital Próprio
Para o exercício de 15 meses findo em 31 de Dezembro de 2012

	Notas	Grupo 2012 $	Companhia 2012 $
Transacções com accionistas da companhia			
Capital Social			
- 1 de Dezembro de 2011		2.000.000	2.000.000
- 23 de Fevereiro de 2012		500.000	500.000
		2.500.000	2.500.000
Perdas e perdas abrangente do exercício atribuível a accionistas da sociedade-mãe		(628.329)	(1.252.026)
Interesses minoritários		-	-
Total do Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2012		**1.871.671**	**1.247.974**

As demonstrações supra devem ser lidas em conjunto com as notas explicativas.

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para o exercício de 15 meses findo em 31 de Dezembro de 2012

	Notas	Grupo 2012 $	Companhia 2012 $
Perda antes do imposto		(588.387)	(1.212.084)
Ajustamentos para:			
Depreciações	10	307.563	307.563
Amortizações	11	34.534	34.534
Participação no lucro de subsidiária	13	(623.697)	-
		(869.987)	(869.987)
Aumento em clientes		(841.067)	(841.067)
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar		745.431	745.431
		(965.623)	(965.623)
Impostos pagos	15 & 18	(207.942)	(207.942)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		**(1.173.565)**	**(1.173.565)**
Compra de activos tangíveis	10	(1.388.370)	(1.388.370)
Compra de activos intangíveis	11	(198.807)	(198.807)
Participações financeiras em subsidiárias		-	(5.000)
Participações financeiras em associadas		(3.000)	(3.000)
Fluxos de caixa líquidos usados em actividades de investimento		**(1.590.177)**	**(1.595.177)**
Resultado da emissão do capital social		2.500.000	2.500.000
Aumento de adiantamento de projectos		3.230.743	3.230.743
Fluxos de caixa líquidos usados em actividades de financiamento		**5.730.743**	**5.730.743**
Aumento líquido na caixa e seus equivalentes		2.967.001	2.962.001
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	**9**	**2.967.001**	**2.962.001**

As demonstrações supra devem ser lidas em conjunto com as notas explicativas.

Políticas contabilísticas e notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 15 meses findo em 31 de Dezembro de 2012

1. Informação Geral

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, que inclui a Timor Gás e Petróleo, Empresa Publica (TIMOR GAP, como sociedade-mãe) e a sua subsidiária e afiliada, para o exercício de 15 meses findo em 31 de Dezembro de 2012, foram emitidas após autorização nos termos da deliberação do Conselho de Administração, datada de **28 de Agosto de 2014**.

A TIMOR GAP é uma empresa pública criada através do Decreto-Lei n.º 31/2011 e tem sede em Timor-Leste. O endereço da sede social e principal local de actividade é no Piso 3 do Timor Plaza, Rua Presidente Nicolao Lobato, Comoro, Díli.

As principais actividades atribuídas ao Grupo incluem actividades de *upstream* e *downstream* no sector do petróleo e gás.

2. Bases de elaboração e políticas contabilísticas

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standards Board*. Estas demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras separadas da empresa-mãe e as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Elas são apresentadas em dólares dos Estados Unidos da América (USD ou $). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

Este é o primeiro exercício financeiro do Grupo, portanto, nenhuma informação financeira comparativa é fornecida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do Grupo e das suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2013. O controlo é obtido quando o Grupo está exposto, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos através do seu poder sobre a participada.

Em especial, o Grupo controla uma participada quando e apenas se tiver:

- Poder sobre a participada (isto é, os direitos existentes que lhe dão a capacidade actual de dirigir as atividades relevantes da participada)
- Exposição, ou direitos, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada, e
- A capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para influenciar o seu rendimento

Quando o Grupo tem menos do que uma maioria de voto ou direitos semelhantes de uma participada, o Grupo considera todos os factos e circunstâncias relevantes para avaliar se tem poder sobre a participada, incluindo:

- O acordo contratual com os demais titulares de direitos de voto na participada
- Os direitos decorrentes de outros acordos contratuais
- Os direitos de voto e os direitos de voto potenciais do Grupo

O Grupo re-avalia se tem ou não o controlo de uma participada se os factos e as circunstâncias indicarem alterações em um ou mais dos três elementos de controlo. A consolidação de uma subsidiária começa quando o Grupo obtém o controlo sobre a subsidiária e cessa quando o Grupo perde o controlo da subsidiária. Activos, passivos, receitas e despesas de uma subsidiária adquirida ou alienada durante o exercício estão incluídos na demonstração de rendimentos abrangentes a partir da data em que o Grupo obteve o controlo e até à data em que o Grupo deixa de controlar a subsidiária. As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas pelo mesmo exercício financeiro que a sociedade-mãe, utilizando as mesmas políticas contabilísticas. Todos os saldos intragrupo, transacções intragrupo, ganhos e perdas não realizados resultantes de transações intragrupo e dividendos são eliminados por completo.

Quando a titularidade de uma subsidiária é inferior a 100% e existe, portanto, uma participação não dominante (PND), à PND é atribuída a sua parte do rendimento total do período, mesmo que daí resulte um saldo negativo.

Políticas contabilísticas e notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 15 meses findo em 31 de Dezembro de 2012

2. Bases de elaboração e políticas contabilísticas (continuação)

Reconhecimento de receita

A receita é calculada pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos e bruta de quaisquer impostos retidos na fonte relacionados a vendas, colectados em nome do governo de Timor-Leste.

Os *subsídios do Governo* são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que o subsídio será recebido e que todas as condições conexas serão cumpridas. Quando o subsídio se refere a um item de despesa, é reconhecido como rendimento numa base sistemática durante os períodos em que os custos relacionados, pelos quais se pretende compensar, são lançados. Quando o subsídio se refere a um activo, é reconhecido como receita em montantes iguais ao longo da vida útil esperada do respectivo activo.

Comissões contratuais fixas por serviços são reconhecidas por referência à comissão contratual fixa por serviços acordada e à fase de execução do contrato como uma percentagem das despesas efectivamente incorridas no projeto em relação ao valor total contratado.

Receitas de prestação de serviços são reconhecidas por referência aos serviços de gestão prestados a uma empresa de serviços de helicópteros durante o período de 1 Outubro de 2011 a 25 de Junho de 2012.

Imposto sobre o Rendimento

A despesa com imposto sobre o rendimento representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido. O imposto corrente é baseado no lucro tributável do exercício/ano.

O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças entre os valores contabilísticos de activos e passivos nas demonstrações financeiras e as suas bases fiscais correspondentes (conhecidos como diferenças temporárias). Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que poderão aumentar o lucro tributável no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que poderão reduzir o lucro tributável no futuro, e todos os prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados. Os impostos diferidos activos são calculados pelo maior valor que, com base no lucro tributável corrente ou futuro estimado, é mais provável que não seja recuperado.

O valor contabilístico líquido do activo fiscal diferido é revisto à data de cada relatório e é ajustado para refletir a avaliação actual dos lucros tributáveis futuros. Eventuais ajustes são reconhecidos no resultado.

O imposto diferido é calculado com base nas taxas de imposto que se espera aplicar ao lucro tributável (prejuízo fiscal) dos períodos em que se espera que o activo fiscal diferido seja realizado ou o passivo fiscal diferido seja liquidado, com base nas taxas de imposto que foram aprovadas ou substantivamente aprovadas até o final do período de reporte.

Com base no acordo contratual, os impostos retidos na fonte ou são retidos contra fornecedores em indústrias específicas, ou os montantes dos pagamentos são incrementados às seguintes taxas e as verbas serão pagas ao governo de Timor-Leste:

- Rendimento de actividades de construção e edificação - 2%
- Rendimento de serviços de consultoria para construção - 4%
- Rendimento da prestação de serviços de transporte aéreo ou marítimo - 2.64%
- Contratação de serviços petrolíferos – 6%
- Rendas - 10%
- Pagamentos feitos a não-residentes - 10%

Quando a companhia é destinatária de um rendimento pela prestação de qualquer serviço acima elencado, a companhia pode optar entre tratar o imposto retido na fonte como imposto final deduzido ou ser tributada com base no lucro real.

Políticas contabilísticas e notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 15 meses findo em 31 de Dezembro de 2012

2. Bases de elaboração e políticas contabilísticas (continuação)

Activos tangíveis

Activos tangíveis são calculados pelo custo menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A depreciação é reconhecida de forma a amortizar o custo líquido ou a avaliação de activos (com excepção dos imóveis em propriedade perfeita e dos imóveis em construção) menos o seu valor residual durante a vida útil esperada, utilizando o seguinte método linear:

Instalações e Equipamentos 33.3%

Veículos a motor - 20% com um valor residual de 20% do preço de custo

Móveis, utensílios e acessórios 20%

Benfeitorias em imóveis arrendados durante o período remanescente do arrendamento

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revistos no final de cada exercício anual, com o efeito de quaisquer mudanças a ser reconhecido de forma prospectiva.

O ganho ou perda resultante da alienação ou baixa de um item do ativo tangível é determinado pela diferença entre o produto da venda e o valor contabilístico do activo e é reconhecido no resultado.

Imparidade do activo

Em cada data de reporte, os activos tangíveis são revistos para determinar se há alguma indicação de que tais activos sofreram uma perda por imparidade. Se houver indicação de possível perda por imparidade, o valor recuperável de qualquer activo afectado (ou grupo de activos relacionados) é estimado e comparado com o seu valor contabilístico. Se a quantia recuperável estimada for menor, o valor contabilístico é reduzido ao seu valor recuperável estimado, e uma perda por imparidade é reconhecida imediatamente no resultado.

Se uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do activo (ou grupo de activos relacionados) é aumentado para a estimativa revista do seu valor recuperável, mas não excede o montante que teria sido determinado caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida para o activo (grupo de activos relacionados) em exercícios anteriores. A reversão de uma perda por imparidade é reconhecida imediatamente no resultado.

Moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em dólares dos Estados Unidos da América e todos os valores são arredondados para o dólar mais próximo (US $), excepto quando indicado de outra forma. O Grupo não possui operações no estrangeiro.

As transacções em moeda estrangeira são inicialmente registadas na moeda funcional na respectiva taxa de câmbio à vista (*spot*), em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a taxa de câmbio à vista vigente na data do relatório. Todas as diferenças são levadas para o resultado.

Locações operacionais

Os pagamentos devidos por locações operacionais são apropriados ao lucro ou ao prejuízo numa base linear durante a vigência da locação em causa.

Clientes e outras contas a receber

A maioria das vendas é feita com base nas condições normais de crédito, e os pagamentos a receber não vencem juros. Quando o crédito é prorrogado para além das condições normais de crédito, os pagamentos a receber são calculados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efectivos. No final de cada período de reporte, os valores contabilísticos de clientes e outras contas a receber são revistos para determinar se há prova objectiva de que os valores não são recuperáveis. Se assim for, uma perda por imparidade é reconhecida imediatamente no resultado.

Políticas contabilísticas e notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 15 meses findo em 31 de Dezembro de 2012

2. Bases de elaboração e políticas contabilísticas (continuação)

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos de curto prazo com um prazo de vencimento de três meses ou menos.

Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações com base em condições normais de crédito e não vencem juros. As contas a pagar denominados em moeda estrangeira são convertidas para US dólares à taxa de câmbio na data do relatório. Os ganhos ou perdas cambiais são incluídos em outras receitas ou outras despesas.

Adiantamentos por projecto

O dinheiro recebido do Governo de Timor-Leste pela entidade, a título de adiantamento por projecto, é mostrado como um passivo no recebimento. O passivo é reduzido pelos custos incorridos até a conclusão do projecto.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) em resultado de um evento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação e pode ser feita uma estimativa credível do montante da obrigação.

3. Principais fontes das incertezas das estimativas

Contingências

Pela sua natureza, as contingências apenas serão determinadas quando ocorram, ou deixem de ocorrer, um ou mais eventos futuros incertos. A avaliação da existência e do quantum potencial de contingências envolve, por inerência, o exercício de julgamento significativo e o recurso a estimativas sobre o resultado de eventos futuros.

Tributação

Existem incertezas sobre a interpretação de regulamentação fiscal complexa e alterações nas leis fiscais sobre rendimento estrangeiro e retenções na fonte. Tendo em conta que a companhia e o grupo trabalham em diferentes jurisdições internacionais e fiscais, as diferenças que resultam entre o rendimento real e os pressupostos assumidos, ou futuras alterações a esses pressupostos, podem exigir ajustes futuros na despesa de impostos já registada. O grupo constitui provisões, baseadas em estimativas razoáveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respetivas jurisdições onde opera. Os montantes das referidas provisões baseiam-se em vários fatores, tais como a experiência com auditorias fiscais anteriores e diferentes interpretações sobre a regulamentação fiscal por parte do sujeito passivo do imposto e a autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo lugar das actividades. Na medida em que o Grupo considera como remota a probabilidade de litígio e subsequente saída de caixa relativa a impostos, não foi reconhecida qualquer responsabilidade contingente.

Políticas contabilísticas e notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os quinzes meses findos em 31 de Dezembro de 2012

4. Alterações nas políticas contabilísticas e divulgações

Normas novas e alteradas e interpretações

A aplicação destas NIRF novas e revistas não teve qualquer impacto relevante sobre os valores reportados para o período atual, mas pode afectar a contabilização de transacções ou acordos futuros.

Alterações à NIRF 1 Hiperinflação Grave - (Em vigor para os períodos anuais com início ou após 1 de Julho de 2011)

As alterações relativas à hiperinflação grave fornecem orientação às entidades sujeitas a hiperinflação grave para retomar a apresentação das demonstrações financeiras NIRF ou apresentar demonstrações financeiras NIRF pela primeira vez.

A aplicação das alterações não teve impacto nos valores reportados no período actual porque o Grupo não esteve sujeito a uma economia de hiperinflação grave.

Alterações à NIRF 1 Supressão de Datas Fixas para os que Adoptam NIRF pela Primeira Vez - (Em vigor para os períodos anuais com início ou após 1 de Julho de 2011)

As alterações relativas à supressão de datas fixas isentam os que adoptam NIRF pela primeira da reconstrução das transacções que ocorreram antes da data de transicção para as NIRF.

A aplicação das alterações não teve impacto nos valores reportados no período atual porque este é o primeiro período de apresentação do Grupo.

Alterações à NIRF 7 Divulgações – Transferências de Activos Financeiros - (Em vigor para os períodos anuais com início ou após 1 de Julho de 2011)

As alterações à NIRF 7 aumentam os requisitos de divulgação para as transacções que envolvem activos financeiros. Estas alterações visam conferir maior transparência acerca de exposições ao risco de transacções quando um activo financeiro é transferido mas o cedente retém algum nível de exposição contínua ao activo.

A aplicação das alterações não teve impacto nos valores reportados no ano actual e nos anos anteriores porque o Grupo não celebrou transacções objecto da alteração.

5. Normas emitidas mas não em vigor ainda

As normas e interpretações que foram emitidas mas que ainda não se encontram em vigor à data da emissão das demonstrações financeiras do Grupo elencadas *infra*, são aquelas que o Grupo espera, de forma razoável, que terão um impacto nas divulgações, posição ou desempenho financeiro quando aplicáveis numa data futura. O Grupo pretende adotar estas normas e interpretações, se aplicáveis, quando as mesmas entrem em vigor.

NIC 1 Apresentação de Itens de Outros Rendimentos Abrangentes – Alterações à NIC 1

As alterações à NIC 1 modificam o agrupamento dos itens apresentados em Outros Rendimentos Abrangentes (OIA). Os itens que poderão se reclassificados (ou reciclados) como lucro ou perda no dado momento no futuro serão apresentados em separado dos itens que nunca serão reclassificados. A alteração apenas afecta a apresentação e, nesse sentido, não tem impacto na posição financeira ou desempenho do Grupo.

As alterações à NIC 1 vigoram para os períodos anuais com início ou após 1 de julho de 2012 e, por conseguinte, serão aplicadas ao primeiro relatório anual do Grupo após a respectiva entrada em vigor.

NIC 27 Demostrações Financeiras Separadas (conforme revista em 2011)

Em resultado da nova NIRF 10 e NIRF 12 (*vide infra*), o que subiste na NIC 27 limita-se à contabilização de subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas. O Grupo não apresenta demonstrações financeiras separadas.

A alteração vigora para os períodos anuais com início ou após 1 de Janeiro de 2013.

NIC 28 Investimentos em Associadas ou Empreendimentos Conjuntos (conforme revista em 2011)

Em resultado da nova NIRF 11 e NIRF 12, a NIC 28 foi redenominada como NIC 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e descreve a aplicação do método de equivalência patrimonial nos investimentos em empreendimentos conjuntos em acréscimo às associadas. Esta alteração não terá impacto no Grupo.
A norma revista vigora para os períodos anuais com início ou após 1 de Janeiro de 2013

Políticas contabilísticas e notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os quinzes meses findos em 31 de Dezembro de 2012

5. Normas emitidas mas não em vigor ainda (continuação)

NIRF 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A NIRF 9 (conforme emitida) reflete a primeira fase do trabalho da CNIC sobre a substituição da NIC 39 e aplica-se à classificação e mensuração de activos financeiros e responsabilidades financeiras, conforme definido na NIC 39. A norma vigorou inicialmente nos períodos anuais com início ou após 1 de Janeiro de 2013, mas as Alterações à NIRF 9 Data de Entrada em Vigor Obrigatória da NIRF 9 e as Divulgações de Transicção, emitidas em Dezembro de 2011, alterou a data de entrada em vigor obrigatória para 1 de Janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, a CNIC irá lidar com contabilidade de cobertura e imparidade de activos financeiros. A adopção da primeira fase da NIRF 9 terá um efeito na classificação e mensuração dos activos financeiros do Grupo, mas não terá impacto na classificação e mensurações das responsabilidades financeiras. O Grupo irá quantificar o efeito conjuntamente com as outras fases, quando for emitida a norma final que inclua todas as fases.

NIRF 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, NIRF 11 Acordos Conjuntos e NIRF 12 Divulgação de Interesses em Outras Entidades
Em Maio de 2011, a CNIC emitiu as NIRF 10, NIRF 11 e NIRF 12

NIRF 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas

A NIRF 10 substitui a parte da NIC 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que lida com a contabilidade de demonstrações financeiras consolidadas. Lida também com os temas cobertos pela SIC 12 Consolidação – Entidades com Finalidade Especial.

A NIRF 10 estabelece um modelo de controlo único aplicável a todas as entidades incluindo entidades estruturas (anteriormente referidas como entidades com finalidade especial). As alterações introduzidas pela NIRF 10 exigirão à administração o exercício de julgamento para determinar quais as entidades que são controladas e, consequentemente, é-lhes exigido que sejam consolidadas por uma entidade-mãe, comparadas com os requisitos previstos na NIC 27.

Com base na análise preliminar efectuada, não é expectável que a NIRF 10 venha a ter qualquer impacto nos investimentos actualmente detidos pelo Grupo.

Esta norma entra em vigor para os períodos anuais com início ou após 1 de Janeiro de 2013.

NIRF 11 Acordos Conjuntos
A NIRF 11 substitui a NIC 31 Interesses em Empreendimentos Conjuntos e SIC 13 – Entidades Controladas em Conjunto — Contribuições Não-monetárias por Empreendedores.
A NIRF 11 remove a opção de contabilizar entidades controladas em conjunto (ECCs) pela consolidação proporcional. Em vez disso, as ECCs que se enquadram na definição de empreendimento conjunto têm que ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.
O Grupo encontra-se actualmente a avaliar o impacto que esta norma terá na posição e desempenho financeiro.
Esta norma vigora nos períodos anuais com início ou após 1 de Janeiro de 2013.

NIRF 12 Divulgação de Interesses em Outras Entidades
A NIRF 12 inclui todas as divulgações que se encontravam anteriormente na NIC 27 relativamente às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que estavam anteriormente incluídas na NIC 31 e NIC 32. Estas divulgações dizem respeito aos interesses de uma entidade em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas.
Também são exigidas várias novas divulgações mas não terão impacto na posição ou desempenho

financeiro do Grupo.
Esta norma vigora nos períodos anuais com início ou após 1 de Janeiro de 2013.

NIRF 13 Mensuração do Justo Valor
A NIRF 13 estabelece uma única fonte de orientação ao abrigo das NIRF para todas as mensurações do justo valor. A NIRF 13 não altera quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo para fins de NIRF, quando o valor justo é exigido ou permitido. O Grupo encontra-se actualmente a avaliar o impacto que esta norma terá na posição financeira e desempenho. Com base numa análise preliminar, não é expectável um impacto relevante.
Esta norma vigora nos períodos anuais com início ou após 1 de Janeiro de 2013.

Políticas contabilísticas e notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os quinzes meses findos em 31 de Dezembro de 2012

5. Normas emitidas mas não em vigor ainda (continuação)

Melhoramentos Anuais Maio de 2012
Estes melhoramentos incluem:
NIC 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: esclarece a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e informação comparativa mínima exigida. Em termos gerais, o período comparativo mínimo exigido é o período anterior.
NIC 16, Activos Fixos Tangíveis: esclarece que as principais peças de substituição e equipamentos de serviço que se enquadrem na definição de ativos fixos tangíveis não são de inventário.
NIC 32, Instrumentos Financeiros: Apresentação: esclarece que os impostos sobre o rendimento que resultem de distribuições aos detentores de capital próprio são contabilizados de acordo com a NIC 12 Impostos sobre o Rendimento.
Os melhoramentos vigoram nos períodos anuais com início ou após 1 de Janeiro de 2013.
O Grupo não espera qualquer impacto sobre sua posição financeira, desempenho, divulgações ou políticas contabilísticas declarados a partir da adopção dessas alterações.

		Grupo 2012 $	Companhia 2012 $
6	**Receitas e outros rendimentos**		
	Subsídio do Governo	1.800.000	1.800.000
	Receita das comissões fixas de contratos	86.233	86.233
	Receita de comissões por serviços	739.664	739.664
	Total das receitas de vendas	**2.625.897**	**2.625.897**
7	**Impostos sobre o rendimento**		
	Despesa com imposto sobre o rendimento		
	Imposto sobre o rendimento corrente:		
	Taxa do Imposto sobre o rendimento corrente	-	-
	Imposto sobre o rendimento diferido:		
	Relativo ao surgimento e reversão de diferenças temporárias	-	-
	Taxa de imposto doméstico para o exercício	-	-
	Imposto de retenção retido na fonte – Regime fiscal petrolífero	39.942	39.942
	Total de despesa fiscal reportada aos resultados	**39.942**	**39.942**

A reconciliação entre a despesa fiscal e o lucro contabilístico multiplicado

pela taxa de imposto doméstico de Timor-Leste para o período findo em 31 de Dezembro de 2012 é a seguinte:		
Perda contabilístca antes de imposto	**(588.387)**	**(1.212.084)**
À taxa de imposto sobre o rendimento doméstico em vigor em Timor-Leste de 10%	(58.839)	(121.208)
Ajustada por		
Activo fiscal diferido não reconhecido	195.174	195.174
Participação em lucro de associada a 10%	(62.370)	-
Imposto de retenção retido na fonte – Regime fiscal petrolífero- 5.4%	39.942	39.942
Montante isento de imposto nos termos dos impostos domésticos- receita de comissão por serviços	(73.966)	(73.966)
Total de despesa fiscal reportada aos resultados	39.942	39.942

Imposto diferido		
Imposto diferido relativo a:		
Depreciação acelerada para efeitos fiscais	124.508	124.508
Perdas disponíveis para compensar rendimento tributável futuro	(319.683)	(319.683)
Activo/crédito de imposto diferido não reconhecido	(195.175)	(195.175)

O grupo ainda não obteve lucro e depende de financiamento do Governo; portanto, nenhum activo fiscal diferido foi reconhecido.

Políticas contabilísticas e notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 15 meses findo em 31 de Dezembro de 2012

		Grupo 2012 $	Companhia 2012 $
8	**Clientes e outras contas a receber**		
	Clientes	699.722	699.722
	Outras contas a receber e pré-pagamentos	32.967	32.967
	Imposto sobre o rendimento pago antecipadamente	168.000	168.000
	Depósitos Reembolsáveis	108.378	108.378
		1.009.067	**1.009.067**
9	**Caixa e seus equivalentes**		
	Depósitos bancários e dinheiro em caixa	**2.967.001**	**2.962.001**

10 Activos tangíveis – Grupo e companhia

	Benfeitorias em imóveis arrendados	Instalações & equipamento	Móveis, utensílios e acessórios	Veículos a motor	TOTAL
	$	$	$	$	$
Aquisições- pelo custo	317.000	323.836	305.989	441.545	1.388.370
		(100.003)		(50.728)	(307.563)
Depreciação no exercício	(84.418)		(72.415)		
Valor Contabilístico Líquido em 31 de	**232.582**	**223.833**	**233.574**	**390.817**	**1.080.806**

Dezembro de 2012

		Grupo 2012	Companhia 2012
11	**Activos Intangíveis**	**$**	**$**
	Aquisições pelo custo	198.807	198.807
	Custo de amortização no exercício	(34.534)	(34.534)
	Valor Contabilístico Líquido: 31 de Dezembro de 2012	**164.273**	**164.273**

Os activos intangíveis são representados pelo *software* informático que é amortizado pelo seu período de vida útil económico de quatro anos.

12 Investimento em subsidiária

A Companhia detém uma participação financeira de 100% numa entidade constituída em Timor-Leste, a TIMOR GAP PSC 11-106, Unipessoal, Limitada, que permaneceu inactiva durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012		
A participação de 100% detida pela TIMOR GAP, E.P. foi adquirida pela Companhia em Julho de 2012 pelo custo de	**-**	**5.000**

Políticas contabilísticas e notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 15 meses findo em 31 de Dezembro de 2012

13 Investimento em associada

A Companhia detém uma participação financeira de 60% numa entidade constituída em Timor-Leste, a GAP-MHS Lda., sendo os restantes 40% detidos pela MHS Aviation (Timor-Leste) Lda.
As actividades da GAP MHS Aviation Lda. prendem-se com a prestação de serviços de apoio e logística às operações da MHS Aviation (TL) Lda., que fornece serviços de aviação e instalações a outras entidades.
A participação do Grupo na GAP MHS Aviation Lda. é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas. A tabela seguinte ilustra as informações financeiras resumidas do investimento do Grupo na GAP MHS Aviation Lda.:

	$
Activo corrente	1.159.387
Activo não-corrente	316.341
Passivo corrente	(431.233)
Capital próprio	1.044.495
Percentagem da titularidade do Grupo	60%
Valor contabilístico do investimento	**626.697**
Receitas	2.280.293
Custo de vendas	(284.654)
Despesas administrativas	

	(835.289)	
Outros rendimentos	2.410	
Lucro antes de imposto	1.162.761	
Despesa com imposto sobre o rendimento	(123.266)	
Lucro do exercício (operações contínuas)	1.039.495	
Participação do Grupo no lucro do exercício	**623.697**	
A participação de 60% detida pela TIMOR GAP E.P. foi adquirida pela Companhia em Julho de 2012 pelo custo de		3.000

	Grupo 2012	**Companhia 2012**
14 Capital social		
A Companhia foi constituída através do Decreto-Lei n.º 31/2011, e pertence 100% ao Estado. O capital inicial foi subscrito e pago por dotação do Orçamento Geral do Estado do Governo da República Democrática de Timor-Leste nas seguintes parcelas:		
- 1 de Dezembro de 2011	2.000.000	2.000.000
- 23 de Fevereiro de 2012	500.000	500.000
	2.500.000	**2.500.000**

15 Fornecedores e outras contas a pagar		
Fornecedores	475.209	475.209
Outras contas a pagar	125.496	125.496
Imposto retido na fonte devido	141.725	141.725
Montante devido a companhia associada	3.000	3.000
	745.430	**745.430**

Termos e condições dos passivos financeiros acima mencionados:
- Os fornecedores estão isentos de juros e são normalmente pagos num prazo de 60 dias
- Outras contas a pagar estão isentas de juros e têm em média um prazo de 6 meses

Políticas contabilísticas e notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 15 meses findo em 31 de Dezembro de 2012

	Grupo 2012	**Companhia 2012**
	$	**$**

16 Comissões contratuais fixas por serviços não utilizadas e adiantamentos não desembolsados

	Contrato 2012/001	**Contrato 2012/002**
Montante recebido para contratar prestadores de serviços	1.600.000	2.300.000
Montante recebido por Comissões contratuais	150.000	150.000

fixas por serviços				
Representando 50% do custo total do projeto	1.750.000	2.450.000		
Menos: 4% de imposto retido na fonte	(70.000)	(98.000)		
Dinheiro recebido durante o exercício	1.680.000	2.352.000		
Montantes pagos a prestadores de serviços durante o exercício	(883.024)	-		
Comissões contratuais fixas por serviços ganhas com base no grau de execução dos projectos	(86.233)	-		
Impostos retidos na fonte a título de pagamento antecipado de imposto sobre o rendimento	70.000	98.000		
Comissões contratuais fixas por serviços não utilizadas e adiantamentos não desembolsados em 31 de Dez de 2012	780.743	2.450.000	3.230.743	3.230.743

17 Transacções com entidades relacionadas

Devidas a entidades relacionadas

GAP MHS (Aviation) Lda	3.000	3.000

18 Impostos pagos

Imposto de retenção retido na fonte – regime fiscal petrolífero	39.942	39.942
Impostos de retençãosobre serviços contratuais fixos – pagamento antecipado de imposto sobre o rendimento	168.000	168.000
	207.942	207.942

19 Instrumentos Financeiros

a) Objectivos e políticas de gestão do risco financeiro

Os principais instrumentos financeiros do Grupo compreendem contas a receber, contas a pagar e dinheiro. A Companhia administra a sua exposição a riscos financeiros, de acordo com as suas políticas. Os objectivos das políticas são maximizar o rendimento para a Companhia, minimizando simultaneamente o risco de perda.

As atividades da Companhia expõem-na a riscos financeiros e comerciais normais. O principal risco decorrente dos instrumentos financeiros da Companhia é o risco cambial, o risco de crédito e risco de liquidez. Os riscos são considerados baixos.

A responsabilidade primária pela identificação e controlo do risco financeiro recai sobre a Gestão, que está sob a tutela do Conselho de Administração da TIMOR GAP E.P.

Políticas contabilísticas e notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 15 meses findo em 31 de Dezembro de 2012

19 Instrumentos Financeiros (continuação)

b) Valor justo líquido dos activos e passivos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa: o valor contabilístico aproxima-se do valor de mercado por causa dos seus vencimentos a curto prazo.

Clientes e outras contas a receber e fornecedores e outras contas a pagar: os valores contabilísticos aproximam-se do valor de mercado devido à sua natureza de curto prazo.

c) Risco Cambial

Geralmente, a Companhia opera em moeda oficial dos Estados Unidos, tendo uma conta bancária em US dólares. A TIMOR GAP E.P. está exposta ao risco cambial em relação ao dólar australiano principalmente por causa dos valores devidos a fornecedores denominados em moedas estrangeiras.

d) Risco de Crédito

O risco de crédito surge a partir dos activos financeiros da companhia, que inclui caixa e seus equivalentes e clientes e contas a receber. A exposição da companhia ao risco de crédito decorre do potencial incumprimento da contraparte, com uma exposição máxima igual ao valor contabilístico desses instrumentos. A exposição na data do balanço é abordada em cada nota respectiva.

A Companhia tem uma concentração significativa de risco de crédito por meio da sua caixa e depósitos junto do seu banco internacional. A Companhia não utiliza dívidas bancárias.

e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez surge a partir dos passivos financeiros da entidade e subsequente capacidade da Companhia para cumprir as suas obrigações de reembolso as suas dívidas como e quando se vencem.

A Companhia possui um sistema de redução da sua exposição ao risco de liquidez através da monitorização de perto dos fluxos de caixa através de fluxos de caixa futuros contínuos e acompanhamento da maturidade das contas a receber e contas a pagar.

f) Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de instrumentos financeiros no final do período de reporte são os seguintes:

Activos financeiros	**Grupo**	**Companhia**
Clientes e outras contas a pagar	1,009,067	1,009,067
Caixa e equivalentes de caixa	2,967,001	2,962,001
	3,976,068	**3,971,068**
Passivos financeiros		
Fornecedores e outras contas a pagar	745,430	745,430
Comissões contratuais por serviços não utilizados e adiantamentos	3,230,743	3,230,743
	3,976,173	**3,976,173**